



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: políticas intersetoriais no enfrentamento a infrequência escolar

Ariane Francisco¹
Carla Rosane Bressan²
Letícia França Olaves³
Talita de Almeida Santos⁴

RESUMO

O presente artigo tem a finalidade de abordar o fenômeno de infrequência escolar e a importância de uma atuação de forma intersetorial no enfrentamento do fenômeno. Busca demonstrar a importância da articulação intersetorial das políticas públicas e como estas podem ser grandes aliadas na proteção integral do direito de crianças e adolescentes. Toma como referência a experiência do projeto de extensão “*Serviço Social na Educação Básica: Contribuições no enfrentamento do fenômeno da infrequência escolar*” em que a infrequência escolar no município de Florianópolis e os motivos registrados no sistema APOIA evidenciam a necessidade de aprofundar as reflexões acerca do papel das políticas sociais e a importância da atuação intersetorial como uma estratégia e possibilidade no que diz respeito à garantia do direito à educação e ao combate à infrequência e evasão escolar.

Palavras-chave: infrequência escolar, intersetorialidade, criança e adolescente.

1. INTRODUÇÃO

À princípio, é importante registrar elementos centrais sobre o contexto em que surge a apreensão da temática, visto que auxiliará à compreender o lugar de fala do que será tratado no presente artigo. O Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – NECAD/DSS/UFSC, fundamenta-se no tripé de ensino, pesquisa e extensão. Frente a isso, uma das temáticas estudadas é a infrequência e evasão escolar, por meio do Projeto de Extensão: “*Serviço Social na Educação Básica: Contribuições no enfrentamento do fenômeno da infrequência escolar*”. Projeto este que vem sendo desenvolvido desde 2019, que tomou como referência as ações

¹ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.
ariane27francisco@gmail.com

² Professora Dr^a no Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.
bressan.carla@ufsc.br

³ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. leticiaof001@gmail.com

⁴ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. talitasantos@grad.ufsc.br



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

desenvolvidas junto ao Núcleo Intersetorial de Suporte ao Sistema APOIA (NISA)⁵, mantido e coordenado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC). A partir dessa experiência, o referido projeto de extensão vem desenvolvendo uma proposta de extensão pautada em estudo e aprofundamento da temática. Dentre seus objetivos, busca ampliar a reflexão e análise acerca da infrequência escolar, principalmente por meio de trocas com diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), de modo especial escolas públicas; além de utilizar-se da fundamentação teórica, é referência de análise os dados registrados no sistema APOIA, seja de âmbito estadual como também especificamente escolas públicas do município de Florianópolis.

O fenômeno analisado apresenta complexidade, múltiplas causas e diferentes sujeitos envolvidos, que vai desde a sociedade (de uma maneira geral), incluindo a família e de modo especial o poder público (responsável pelo provimento do sistema de ensino); ou ainda nas palavras de Burgos et al (2014, p.74) cabe “salientar que a construção das trajetórias de abandono da escola é resultado de uma combinação de decisões e omissões individuais e institucionais”. A referida proposta tem se expandido e vem agregando ao referencial de análise os dados de escolas do município de Florianópolis (públicas municipais e estaduais) que apresentam os maiores registros no sistema APOIA de infrequência dos estudantes da rede básica de educação, no intervalo de 2019 a 2023.

A compreensão do fenômeno de infrequência escolar, em suas diferentes dimensões, tem sido a principal diretriz de estudos e debates. Nesse sentido, foi imprescindível estabelecer diálogo com diferentes atores sociais. Atualmente o grupo tem encontro mensal e está composto por representantes de instituições de ensino da educação básica, do Conselho Tutelar, de Unidades Básicas de Saúde e do Centro de Referências de Assistência Social do município de Florianópolis. O presente artigo tem como objetivo abordar o fenômeno de infrequência escolar e a importância de uma atuação de forma intersetorial no enfrentamento do fenômeno. Nesse sentido,

⁵ Sistema APOIA – Aviso Por Infrequência de Aluno – criado em 2001 e atualmente é coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude de Santa Catarina. A operacionalização do sistema APOIA ocorre a partir da observação da falta do estudante por cinco dias consecutivos ou sete alternados dentro de um mês. A unidade escolar tem uma semana para encaminhar providências e preencher o Sistema APOIA online. Maiores informações: <https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=517>



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

é registrado também a experiência vivenciada pelos integrantes do projeto até o presente momento. O registro desse processo está organizado em dois momentos articulados e complementares: primeiramente, é abordado alguns elementos centrais acerca da conceituação de infrequência escolar⁶ e a importância de uma articulação intersetorial entre as políticas sociais básicas em busca de resultados efetivos; e, em seguida, registra-se os avanços do projeto de extensão, a partir dos debates realizados entre os participantes do projeto no decorrer do ano de 2023 e primeiro semestre de 2024.

2. PRESSUPOSTOS PARA COMPREENDER A INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Tomando como referência a síntese mais “curta” e que mais circula no “senso comum”, pode-se dizer que infrequência escolar é “a ausência injustificada do aluno à escola” (Bavaresco, 2014, p.3); ou seja, é a falta regular do aluno na escola. Tomando isso como ponto de partida, pode-se afirmar que: isso é o que se apresenta de forma fenomênica e aparente. No entanto, considerando a questão a partir da contribuição de autores como Patto (2022), Bavaresco (2014), Moraes (2015), Racoski (2019), Matos (2021) partem de outro referencial. Indicam que, embora na aparência se apresente de forma sintética, “simples” e/ou talvez de fácil resposta, estes chamam atenção para que o mesmo deve ser compreendido enquanto uma questão estrutural e complexa, atravessada por diferentes fatores, que podem ser de ordem social, econômica ou cultural, considerando que “a depender do período histórico, das relações sociais e dos meios de produção pertencentes às diferentes épocas, o papel que a educação desenvolve também se altera” (Matos, 2021, p.18). Frente a isso, pensa-se na forma como a sociedade está constituída no modo de produção capitalista, onde as relações sociais neste sistema representam relações de classe e como este usa do estranhamento do sujeito com o produto do seu trabalho e a sua relação no ato de produção, fazendo com que a mercadoria apareça alheia ao trabalho deste sujeito, sendo intitulado por Marx (2013, apud Matos, 2021, p.21) como “fetichismo”, ou seja, uma maneira de alienação dos sujeitos. Dessa forma, a classe

⁶ Registra-se que a temática da infrequência escolar tem uma significativa produção teórica, porém dado os limites do presente texto, optou-se por abordar as questões que estiveram em estudo, como também trabalhar com os autores que foram subsídio dos debates no período indicado.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

dominante deste sistema capitalista tem como objetivo usar de mecanismos que permitam que imponha o seu modo de pensar e agir no mundo. A educação é tomada como instrumento que molda os sujeitos desde crianças, no sentido de fazê-los úteis para a manutenção e perpetuação da ordem vigente, sendo indivíduos à serviço do capital. Como também, pensar o fenômeno da infrequência escolar, se faz necessário tomar como referência o arcabouço histórico/social que abarca a realidade brasileira; que no contexto mais recente (das últimas quatro décadas) está pautado na lógica do “desmonte das políticas públicas”, em resposta ao ajuste econômico e social de um Estado neoliberal (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020).

Tomando esses referenciais como pressuposto, a infrequência escolar não pode ser vista como uma consequência da realidade vivenciada somente dentro do contexto escolar e normalmente atribuída à responsabilidade dos estudantes e no máximo de seus familiares; mas também, como algo que está, além do âmbito escolar e integrante da totalidade social. Tendo em vista a complexidade do fenômeno, é importante ultrapassar impressões superficiais vislumbradas na aparência, e aprofundar-se na interpretação da questão, a fim de compreendê-la enquanto um fenômeno multifacetado (Patto, 2022).

Moraes (2014, p.52) chama atenção para como os elementos externos à escola influenciam determinadamente na permanência ou não dos estudantes, tais como: “casos de negligência e conflitos familiares, trabalho de adolescentes incompatível com horário de aula e trabalho infantil, drogadição, abuso sexual, prisão dos pais, dificuldade de aprendizagem, alunos fora do zoneamento, gestação”. Logo, evidencia-se que as situações citadas acima não constituem-se isoladamente, mas sim estão combinadas. E como traz Franciele Racoski:

“a multiplicidade de situações, que se expressam no cotidiano da escola, requer uma análise no que se refere a espaços de tensões que surgem nesse universo, frente a diferentes situações de formação e permanência dos indivíduos. As expressões da questão social estão na comunidade, no bairro, na família e nas relações sociais que são levadas para dentro da escola, uma vez que os sujeitos não se distanciam do que vivem no momento em que mudam de espaços de convivência” (2019, p.16).

Contraditoriamente, se de um lado as expressões da questão social tem se tornado mais explícitas, por outro lado as décadas de 1980 e 1990 representam o avanço na ampliação dos direitos das crianças e adolescentes, assim como para os cidadãos. Destarte, os movimentos sociais - como o Movimento de Meninos e Meninas

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

de Rua (MNMMR) - se fortaleceram na reivindicação dos direitos, especialmente de crianças e adolescentes, se mobilizaram para que a “criança” e “adolescente” passasse a ser uma categoria jurídica. O direito da criança e adolescente, como ramo autônomo do direito, buscou romper com os sistemas anteriores, criticando a perspectiva “menorista” reproduzida no Brasil. A Doutrina da Proteção Integral passa a ser a referência fundamental que subsidia os registros dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal (1988). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aprovado em 1990, registra de forma sintética essa caminhada realizada nos anos 1980 firmando objetivamente os direitos fundamentais de crianças e adolescentes; e, no que se refere especificamente à educação ele

“(…) regulamenta, o direito fundamental da criança e do adolescente à educação, não garante somente o acesso ao ensino público, mas estabelece mecanismos para que o Estado cumpra de forma efetiva com suas obrigações no que diz respeito à escolarização, por meio de controle externo para a manutenção do aluno na escola”. (Racoski, 2019, p.56)

É fundamental tomar como referência que o direito à educação, então registrado, compreende um conjunto de ações que seguramente extrapolam a dinâmica específica e restrita da sala de aula e da escola isoladamente. Ele tem implícito um conjunto de ações, normas que visam promover, defender e proteger de maneira integral as diferentes necessidades de crianças e adolescentes. Essa forma de ação, impõe a necessidade de uma ação integrada e articulada entre as diferentes políticas públicas.

A partir disso, pode-se indagar sobre o lugar da educação na elaboração dessas ações, como tem se pensado e buscado a superação da infrequência escolar visto as estatísticas que registram a vulnerabilidade social, a violência cotidiana, a escassez de acesso aos bens sociais (livros, materiais didáticos, equipamentos, serviços de atenção, etc...) necessários para a continuidade de uma educação de qualidade em sua completude. Esses elementos indicam, dentre outras coisas, que as situações (embora cotidianas) não são situações isoladas da questão educacional, mas sim fatores que perpassam de forma interna e externa o ambiente escolar. Indagar também a participação de órgãos articuladores das demandas necessárias às crianças e adolescentes, como o Conselho de Direito⁷, na política de educação ao

⁷ Órgão que articula as demandas que são necessárias para as crianças e adolescentes, independentemente do âmbito na qual elas estão inseridas.



formular e acompanhar a execução das políticas públicas, assim como das instituições da esfera pública que integram a rede de proteção.

2.1 Intersetorialidade entre as políticas públicas: capacidade de articulação como garantidora do direito à educação

Partindo do entendimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento e consideradas prioridade no atendimento - expresso pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), durante as discussões realizadas no encontro do projeto de extensão em questão, viemos acumulando o consenso de que nenhuma política pública (de forma isolada) é capaz de dar conta e de atender às necessidades de crianças e adolescentes em sua completude. No que diz respeito ao direito à educação, acesso e permanência na escola, a discussão de políticas intersetoriais tem se mostrado uma aliada para a efetivação e garantia da proteção integral de crianças e adolescentes e no combate à infrequência escolar.

No Brasil, o histórico das políticas públicas se configura seguindo a lógica setorial, como apontado pelas autores:

No caso brasileiro, a configuração do Estado tem a setorialização e fragmentação como constitutivas da estruturação histórica das políticas públicas, concebidas e organizadas para serem implementadas isoladamente, sem que haja planejamentos conjuntos e ações articuladas. (Wanderley ; Martinelli; Paz, 2020, p. 8)

Essa configuração de políticas públicas setorializadas e fragmentadas tem se mostrado ineficiente no que diz respeito ao combate à infrequência escolar. A fragmentação das políticas não permite um olhar ampliado da realidade dos usuários e suas famílias, a focalização das políticas tendem a responsabilizar um conjunto de profissionais que referenciam a política em questão, profissionais estes que sozinhos não encontram respostas para todas as demandas apresentadas. Dessa forma, normalmente essa responsabilização irá reverberar sobre a família, que sozinha, menos ainda terá condições de prover a proteção social como um todo, reforçando a diminuição da atuação do Estado e responsabilização das famílias, ou seja, nos termos de Moraes; Nunes; Horst; Miotto (2020) reforçar o *familismo*.

Considerando a possibilidade das políticas atuarem de forma “intersetorial”, provavelmente estará posta a possibilidade da organização conjunta de diferentes etapas do planejamento, ou seja: de planejar, coordenar e executar ações pensadas



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

conjuntamente. É fundamental também sinalizar que essa dinâmica precisa ser pensada a partir do conhecimento do território e aproximação da população usuária. O que apresenta um potencial muito maior oferecer serviços com maior qualidade e efetividade, pois estes são planejados a partir das necessidades daquela população em específico, como expresso por Paz e Taboada:

É nos territórios que a intersetorialidade se materializa como condição essencial para a implementação de serviços públicos integrados, como resposta à multidimensionalidade da pobreza e à segregação socioespacial. Assim, territorialidade e intersetorialidade potencializam as intervenções públicas, ampliando possibilidades e efetividade das ações integradas e desenvolvidas através da construção de diagnósticos, programas, ações e com responsabilidades compartilhadas (Paz e Taboada, 2010).

Ao analisar a trajetória escolar de crianças e adolescentes não se pode pensá-la separadamente de seu núcleo familiar e o território onde está criança ou adolescente está inserido. Como anteriormente dito, a infrequência escolar enquanto um fenômeno de múltiplas causalidades pode vir a se expressar diferentes instâncias da vida do educando, sendo estas de motivações pessoais, familiares, internas ao meio escolar e externas a ele. Para elucidar a amplitude do fenômeno, registra-se alguns dos motivos da infrequência de alunos, informado pela escola, quando do preenchimento do APOIA: “Dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da vida escolar; “O estudante não considera a escola atrativa e útil para sua vida/ausência de projeto de vida”; “Ausência ou deficiência de transporte escolar (distância / dificuldades no caminho casa-escola / não tem quem o leve)”; “Problemas de relacionamento familiar (separação dos pais/brigas frequentes, etc)”; “Gravidez na adolescência / parto recente”; Problemas de relacionamento com colegas/agressões físicas ou psicológicas/ bullying/ preconceitos (praticados por estudantes); Distorção idade-série/ano frequentado; Está trabalhando; Passando por problemas emocionais (pessoal, familiar, escolar/ frustrações/perda).

Destarte, salienta-se a complexidade e abrangência das situações acima indicadas, podem ocorrer em distintos momentos da vida do educando. Partindo da perspectiva de serem situações “multifacetadas”, compreende-se que ações intersetoriais podem atuar de forma preventiva à infrequência escolar e até mesmo a outras violências e violações de direitos de crianças e adolescentes, que muitas vezes se explicitam no ambiente escolar.

A intersetorialidade, conforme indicada por (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020) pode ser compreendida como a união das diferentes políticas públicas setorializadas,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

visando a superação dessa insuficiente estrutura fragmentada, através da articulação entre as políticas públicas e ações conjuntas, visando a garantia da proteção social às famílias e usuários, bem como o enfrentamento das expressões da questão social.

O caráter de políticas públicas intersetoriais proporciona uma relação mais próxima com a realidade de vida dos usuários, possibilitando que seja realizada uma leitura ampliada das diferentes dimensões da vida do usuário, a fim de compreender os indivíduos em sua totalidade; e, a partir dela, evidenciar as demandas postas, para então propor estratégias que venham atendê-las em sua completude. A intersectorialidade pressupõe o trabalho conjunto das equipes profissionais, em que informações e saberes são compartilhados em rede, a fim de agilizar o trabalho, evitar repetitividade na coleta de informações aos usuários das políticas em questão e melhora na qualidade do atendimento com a possibilidade de articulação entre as políticas, a fim de atender a totalidade das demandas.

3. TRAJETÓRIA DO PROJETO E COMO SE EVIDENCIOU A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO INTERSETORIAL

A partir do exposto, neste ponto trataremos sobre a trajetória do Projeto de Extensão: “Serviço Social na Educação Básica: Contribuições no enfrentamento do fenômeno da infrequência escolar”, desenvolvido pelo NECAD (Núcleo de Estudos da Criança, do Adolescente e da Família). Conforme anteriormente abordado, o projeto está em ação desde 2019, ele ocorre em modalidade presencial e tem como referência as 21 escolas públicas (estaduais e municipais) do município de Florianópolis com o maior índice de infrequência escolar registrados no sistema APOIA⁸. A partir das discussões realizadas ao longo do projeto, tomando como pressuposto que a infrequência escolar é uma questão complexa e de múltiplas causalidades, o grupo compreendeu que somente a escola não daria conta de atender uma questão tão complexa. Caminhou então na direção de aprofundar as discussões sobre articulação entre a rede e a atuação das diferentes políticas de forma intersectorial, assim no

⁸ Todas as escolas constantes do “universo de estudo” são convidadas no início de cada ano letivo à participarem dos encontros previstos, embora nem todas tenham manifestado esse interesse. Assim, a cada ano, também se tem uma variação das escolas que se dispõe à participar. Também são convidados os coordenadores das instâncias de gestão da política (estadual e municipal) que atuam diretamente com os dados do APOIA para participarem dos encontros.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

segundo semestre de 2023 os integrantes do projeto sentiram a necessidade de abrir o convite para novos atores, que até então não haviam sido incluídos. Na sequência, o convite foi então expandido para outros profissionais, a fim de que estes pudessem engajar-se no projeto a partir do primeiro semestre de 2024. Essa renovação contou com a ampliação para participação de representantes dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), conselheiros tutelares, e também das UBS (Unidades Básicas de Saúde) do município de Florianópolis. Para tanto, foi mapeado essas novas instâncias (priorizando aquelas que se situavam mais próximo às escolas referenciais de análise) e convidadas a se integrarem ao projeto.

Essa nova etapa do projeto, passou a contar com a participação de outros profissionais integrantes da rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A partir desse momento, as leituras e debates do grupo foram direcionados para a compreensão acerca da necessidade de ações intersetoriais das políticas de educação, saúde e assistência social e a realidade profissional de cada instituição. Considerando que:

“O fato é que as escolas públicas lidam com situações extremamente difíceis, em geral com pouco apoio de atores externos, e quase sempre com frágil estrutura institucional. E disso decorre uma baixa capacidade para lidar de forma mais equitativa com seu público” (BURGOS, et al, 2014, p. 95).

Considerando que as escolas desempenham um forte papel no desenvolvimento cognitivo e social das crianças e adolescentes e são normalmente o primeiro e principal ambiente de socialização que elas têm contato. E, que cada escola pública conta com uma significativa quantidade de alunos, que são distintos entre si e pertencem a diferentes realidades, porém coexistem no mesmo espaço, evidencia a complexidade dos contextos apresentados. Em uma mesma escola há alunos que vêm das mais diferentes experiências, que por vezes com altos índices de privações especialmente no que se refere ao acesso à direitos básicos, por vezes com núcleos familiares vulnerabilizados, as possibilidades de uma infrequência escolar são potencializadas. Seguindo essa linha:

“a infrequência e a evasão são socialmente construídas como resultado de trajetórias que se desenrolam como um fluxo de decisões e omissões que combinam diferentes escalas, a individual (do próprio estudante), a da família e a de uma escola que ainda não consegue desmassificar sua relação com seu público” (BURGOS, et al, 2014, p. 98).

Conforme apontam os autores, situações que inicialmente podem ser consideradas pertencentes à motivos atribuídos como de responsabilidade da escola,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

por vezes estão vinculadas à razões exteriores a ela. É recorrente nos debates do grupo, seus participantes relatarem situações como: a família tem necessidades “estruturais” (qualidade na moradia, necessidade da compra de alimentos, o estudante se afasta da escola para trabalhar, etc...) que vão muito além da alçada da escola prover; outros indicam questões como a necessidade de prover outros serviços de atenção, tais como: atendimento psicológico, psiquiátrico, médico (por vezes para a criança ou ainda seu responsável), o que explicita a falta de políticas públicas agindo de forma articulada, ou ainda a necessidade da ampliação da capacidade de atendimento da esfera governamental responsável. Um clássico exemplo citado são as crianças que passam por situações de violência e estão na “fila” para atendimento psicológico por nove meses! Outro exemplo comum são as situações que denunciam questões de saúde mental, em processo de crescimento nas unidades escolares e que a capacidade de atendimento e/ou suporte adequado à escola trabalhar com isso é frágil ou praticamente inexistente. Ou ainda a dificuldade de professores em lidar com situações específicas do contexto pedagógico e as dificuldades de aprendizagem dos educandos.

Todos os exemplos acima mencionados, consistem em possibilidades de se tornarem motivos desencadeadores de uma “possível” infrequência escolar, denunciadora da evasão escolar.

A partir do momento é possível afirmar que a infrequência escolar pode ter implícito elementos que são internos ao processo de ensino aprendizagem, de condições específicas da própria escola, como também por razões maiores e externas à escola. Nesse contexto é necessário reconhecer que a articulação com outras políticas sociais poderá contribuir determinantemente na redução dos atuais índices. Ou seja, nas palavras de Pierini, Santos (2016, p. 3) pois as “políticas públicas são importantes no combate à infrequência escolar, sejam aquelas voltadas para a educação e mesmo aquelas não ligadas diretamente a ela”.

Dessa forma, é de extrema importância a articulação entre escolas, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e também unidades do CRAS, sendo essas entidades grandes “linhas de frente” que lidam cotidianamente com expressões da questão social. O debate em grupo incluindo trabalhadores desses diferentes lugares se mostrou enriquecedor, pois abre-se um leque maior de possibilidades de análise e de ação em torno da problemática. As demais entidades fortalecem as escolas na luta

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

contra a infrequência escolar, acompanhando de perto casos complexos, cobrando soluções para os órgãos necessários e principalmente abrindo o caminho dos alunos para que eles possam acessar seus direitos, a fim de que permaneçam na escola, assim evitando que a infrequência evolua até a evasão escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se que as políticas intersetoriais são uma ferramenta importante, especialmente ao tratar de demandas que são permeadas por questões estruturais e/ou de condições de efetivar a atenção necessária à população. A partir da discussão feita, salienta-se que a articulação entre diferentes profissionais, e consequentemente diferentes instituições, é um caminho a ser feito quando se trata das questões que envolvem a infrequência escolar. Fica evidenciado que a escola sozinha não possui infraestrutura, condições (técnicas, financeiras, recursos humanos) para trabalhar com a questão, mas quando articulada com: Conselhos Tutelares, os CRAS, os conselhos municipais, o sistema de saúde, abrem-se outras possibilidades de abordagem. As questões que permeiam a vida das famílias onde se identifica situações de infrequência escolar são múltiplas e derivam da violação de direitos, conforme anteriormente citado, os principais motivos registrados no APOIA derivam de questões como: transporte, saúde (física e mental), problemas familiares, falhas na estrutura física da escola, e também a falta de vagas nas escolas. Tendo em vista a amplitude e complexidade da temática abordada, entende-se que apenas uma medida não seria o suficiente para sanar todos os entraves que envolve: famílias, crianças, adolescentes, professores e escolas, sendo necessário a comunicação e trabalho conjunto de diferentes políticas sociais básicas. Sendo necessário cobrar das mesmas, que operam por vezes em uma lógica setorial, burocratizada (onde conduzem a maior parte dos atendimentos com lentidão e em quantidade inferior ao necessário), uma mudança de ação frente a necessidades urgentes registradas. Por fim, salienta-se que apesar do processo de implementação das políticas intersetoriais ser algo complexo e demorado, ainda mostra-se como uma proposta de abordagem mais abrangente ao enfrentamento da infrequência escolar.

REFERÊNCIAS

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BAVARESCO, Ana Paola. Evasão e Infrequência Escolar: o caso de uma escola pública no município de Segredo. 2014

BURGOS, Marcelo; CARNEIRO, Aristóteles; MATOS, Marcelo; CAMASMIE, Mariana; CASTRO, Rafaelle; MONTEIRO, Sarah. Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105.

MARINO, Adriana Simões. Do infans ao “menor” à concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos. Mnemosine, v. 9, n. 2, 2013.

MATOS, Mikaela Lobo de. Serviço Social e o Direito à Educação Básica: Contribuições no enfrentamento da infrequência escolar. Trabalho de Conclusão de Curso/DSS/UFSC. Florianópolis, 2021.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In Mary Del PRIOR(Org.). História das Crianças no Brasil.(pp.137-176).São Paulo: Contexto, 1999.

MORAES, Patricia Maccarini; NUNES, Renata; HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamaso. FAMILISMO E POLÍTICA SOCIAL: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. In.: *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, n. 2, p. 802–818, 27 Dez 2020 Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 10 ago 2024

MORAES, Fernanda Luz. O Direito Fundamental à educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão escolar. Revista da Graduação, v. 8, n. 1, 2015.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo. Instituto de Psicologia -USP, 2022. 5ª edição – digital.

PAZ, Rosangela D. O. da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Conceitos básicos para intervenções habitacionais. In: Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social Ministério das Cidades. Curso a Distância, 2010.

PIERINI, Alexandre José; SANTOS, Sônia Maria Cardoso. O combate à infrequência escolar de crianças e adolescentes: a participação da Rede de Proteção Social no Programa APOIA. Revista Brasileira Multidisciplinar, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1-11, 2016.

RACOSKI, Franciele. As expressões da questão social apresentadas na infrequência escolar. 2019.

WANDERLEY, Mariangela; MARTINELLI, Maria; PAZ, Rosangela. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. 2020. Scielo Brasil.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

